

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor
Sustentável PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável
PR/SP
Jandaia do Sul - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

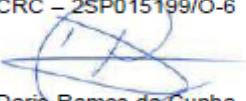
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	19.449	20.421
Carteira de Crédito *	85.233	100.278
Depósitos	139.996	141.409
Patrimônio Líquido	34.650	32.493
Capital	15.152	16.359
Resultado Antes das Destinações	3.549	4.146
Rentabilidade do PL	10,24%	12,76%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP
CNPJ/MF nº 81.706.616/0001-84

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016		
CIRCULANTE	162.272	152.827	CIRCULANTE	65.488	53.758		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	3.671	2.428	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	35.252	26.390
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		79.882	78.661	Depósitos à Vista		27.890	21.881
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		5	1	Depósitos a Prazo		7.362	4.509
Correspondentes no país		1	20	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		18.508	17.700
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	79.876	78.640	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	-
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	67.119	63.062	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	18.507	17.700
Operações de Crédito		70.282	66.768	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		292	158
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.163)	(3.706)	Recursos em Trânsito de Terceiros		292	158
OUTROS CRÉDITOS		7.731	6.604	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	1.579	1.401
Créditos por Avais e Fianças Honrados		77	37	Empréstimos País - Outras Instituições		1.579	1.401
Rendas a Receber		351	393	OUTRAS OBRIGAÇÕES		9.857	8.109
Diversos	(NOTA 07)	7.418	6.253	Cobrança e Arrecadação de Tributos		75	25
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(115)	(79)	Sociais e Estatutárias		777	585
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	3.869	2.072	Fiscais e Previdenciárias		346	395
Outros Valores e Bens		3.833	2.047	Diversas	(NOTA 14)	8.659	7.104
(Provisão para desvalorização)		(7)	(13)				
Despesas Antecipadas		43	38				
NÃO CIRCULANTE	45.292	27.903	NÃO CIRCULANTE	109.583	98.588		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		45.292	27.903	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		109.583	98.588
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.098	537	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	106.157	96.350
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.098	537	Depósitos a Prazo		106.157	96.350
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	33.159	18.121	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	3.426	2.238
Operações de Crédito		34.359	19.516	Repasses Interfinanceiros		3.426	2.238
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.200)	(1.395)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	129	163				
Diversos		130	164				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1)	(1)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	-	3				
Despesas Antecipadas		-	3				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	3.757	3.461	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.493	28.384
Outros Investimentos		3.757	3.461	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	16.359	14.647
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	5.229	3.807	De Domiciliados no País		16.360	14.648
Imóveis de Uso		1.842	1.842	(Capital a Realizar)		(1)	(1)
Outras Imobilizações de Uso		7.031	5.185	RESERVAS DE SOBRAS		15.486	13.056
(Depreciação acumulada)		(3.644)	(3.220)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		648	681
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	1.920	1.811				
Outros Ativos Intangíveis		3.617	3.058				
(Amortização acumulada)		(1.697)	(1.247)				
TOTAL DO ATIVO	207.564	180.730	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	207.564	180.730		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP
CNPJ/MF nº 81.706.616/0001-84

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15.754	-	15.754	29.693	-	29.693	26.641	-	26.641
Operações de Crédito	15.722	-	15.722	29.629	-	29.629	26.587	-	26.587
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	30	-	30	60	-	60	38	-	38
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	4	-	4	16	-	16
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(5.629)	(73)	(5.702)	(13.728)	(143)	(13.871)	(16.607)	(106)	(16.713)
Operações de Captação no Mercado	(4.076)	(9)	(4.085)	(9.246)	(17)	(9.263)	(11.290)	(15)	(11.305)
Operações de Empréstimos e Repasses	(726)	(64)	(790)	(1.491)	(126)	(1.617)	(1.509)	(91)	(1.600)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(827)	-	(827)	(2.991)	-	(2.991)	(3.808)	-	(3.808)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	10.125	(73)	10.052	15.965	(143)	15.822	10.034	(106)	9.928
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(7.199)	544	(6.655)	(12.714)	1.053	(11.661)	(6.710)	1.069	(5.641)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	989	1.838	2.827	1.830	3.518	5.348	1.809	2.650	4.459
Rendas de Tarifas Bancárias	1.858	-	1.858	3.297	-	3.297	2.713	-	2.713
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(5.680)	(504)	(6.184)	(11.310)	(961)	(12.271)	(9.242)	(553)	(9.795)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(4.872)	(571)	(5.443)	(9.083)	(1.049)	(10.132)	(8.376)	(768)	(9.144)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(18)	(91)	(109)	(62)	(176)	(238)	(80)	(133)	(213)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	4.261	84	4.345	9.505	89	9.594	12.108	106	12.214
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(3.737)	(212)	(3.949)	(6.891)	(368)	(7.259)	(5.642)	(233)	(5.875)
RESULTADO OPERACIONAL	2.926	471	3.397	3.251	910	4.161	3.324	963	4.287
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(56)	33	(23)	(39)	65	26	9	58	67
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.870	504	3.374	3.212	975	4.187	3.333	1.021	4.354
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	151	151	-	(41)	(41)	-	(8)	(8)
Provisão para Imposto de Renda	-	90	90	-	(19)	(19)	-	(5)	(5)
Provisão para Contribuição Social	-	61	61	-	(22)	(22)	-	(3)	(3)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.870	655	3.525	3.212	934	4.146	3.333	1.013	4.346
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	934	(934)	-	1.013	(1.013)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.870	655	3.525	4.146	-	4.146	4.346	-	4.346
DESTINAÇÕES	-	-	-	(3.498)	-	(3.498)	(3.665)	-	(3.665)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(906)	-	(906)	(941)	-	(941)
Fates - Estatutário	-	-	-	(162)	-	(162)	(170)	-	(170)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(2.430)	-	(2.430)	(2.554)	-	(2.554)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	648	-	648	681	-	681

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP
CNPJ/MF nº 81.706.616/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	12.905	10.502	555	23.962
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	549	-	(549)	-
Outras destinações	-	-	(6)	(6)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	769	-	-	769
Baixas de capital	(498)	-	-	(498)
Resultado do período	-	-	4.346	4.346
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(170)	(170)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.554	(2.554)	-
Juros sobre o Capital Próprio	922	-	(941)	(19)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	14.647	13.056	681	28.384
Mutações do Período	1.742	2.554	126	4.422
Saldos no início do período em 01/01/2017	14.647	13.056	681	28.384
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(666)	(666)
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.946	-	-	1.946
Baixas de capital	(1.120)	-	-	(1.120)
Resultado do período	-	-	4.146	4.146
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(162)	(162)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.430	(2.430)	-
Juros sobre o Capital Próprio	886	-	(906)	(20)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	16.359	15.486	648	32.493
Mutações do Período	1.712	2.430	(33)	4.109
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	15.015	13.056	621	28.692
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.109	-	-	1.109
Baixas de capital	(651)	-	-	(651)
Resultado do período	-	-	3.525	3.525
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(162)	(162)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.430	(2.430)	-
Juros sobre o Capital Próprio	886	-	(906)	(20)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	16.359	15.486	648	32.493
Mutações do Período	1.344	2.430	27	3.801

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP
CNPJ/MF nº 81.706.616/0001-84

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.948	4.291	5.383
Resultado do semestre/exercício	3.525	4.146	4.346
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(577)	145	1.037
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(910)	(738)	206
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(6)	(6)	(2)
Provisão para desvalorização de outros créditos	42	36	31
Depreciação do imobilizado de uso	367	679	576
Amortização do intangível	222	450	268
Baixas do ativo permanente	3	6	24
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(105)	(159)	57
Destinações ao FATES	(162)	(162)	(170)
Dividendos SicrediPar	(28)	39	47
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(6.247)	1.024	2.513
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(530)	(561)	(537)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.838	(4)	1
Redução em créditos vinculados	82	-	2
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	19	20	(1)
(Aumento) em operações de crédito	(19.293)	(18.357)	(13.903)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	2.944	1.995	(2.191)
(Aumento) em outros créditos	(729)	(1.170)	(968)
(Aumento) em outros valores e bens	(891)	(1.787)	(295)
Aumento em depósitos	8.629	18.669	18.405
Aumento em relações interdependências passivas	103	134	37
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	66	178	937
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(170)	(139)
Aumento em outras obrigações	1.515	2.077	1.165
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.299)	5.315	7.896
Aquisição de Investimentos	-	(296)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.087)	(2.106)	(786)
Aplicações no Intangível	(322)	(559)	(542)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.409)	(2.961)	(1.328)
Integralização de capital	1.109	1.946	769
Baixa de capital	(651)	(1.120)	(498)
Juros ao capital próprio	(20)	(20)	(19)
Distribuição de Sobras	-	(681)	(6)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	438	125	246
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.270)	2.479	6.814
Caixa e equivalente de caixa no início do período	87.817	81.068	74.254
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	83.547	83.547	81.068

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 15/07/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(16.753)	40	(16.713)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.848)	40	(3.808)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.601)	(40)	(5.641)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(9.488)	344	(9.144)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(5.491)	(384)	(5.875)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	3.671	2.428
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	79.876	78.640
Total	83.547	81.068

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.098	537
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.098	537
Total realizável a longo prazo	1.098	537

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	48.609	27.421	76.030	58.177
Financiamentos	3.146	3.085	6.231	7.327
Financiamentos rurais e agroindustriais	18.527	3.853	22.380	20.780
Carteira total	70.282	34.359	104.641	86.284

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	77	-	77	37
Devedores por compra de valores e bens	319	130	449	429
Títulos e créditos a receber (i)	5.320	-	5.320	4.378
Total	5.716	130	5.846	4.844

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	44.091	41.599	221	208
Nível B	1,00	45.318	29.415	454	292
Nível C	3,00	11.391	9.676	342	290
Nível D	10,00	5.444	4.777	545	478
Nível E	30,00	1.180	1.799	354	540
Nível F	50,00	844	805	422	403
Nível G	70,00	262	290	184	203
Nível H	100,00	1.957	2.767	1.957	2.767
Total (i)		110.487	91.128	4.479	5.181

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	1.296	16.549	19.480	18.390	55.715
Rural	346	2.893	15.288	3.853	22.380
Industrial	8	1.423	963	1.270	3.664
Comércio	243	5.777	6.709	6.998	19.727
Outros Serviços	138	2.079	2.806	3.978	9.001
Total	2.031	28.721	45.246	34.489	110.487
					91.128

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	12.321	11,15	12.163	13,35
50 devedores seguintes	25.844	23,39	21.776	23,90
100 devedores seguintes	21.045	19,05	15.247	16,73
Demais	51.277	46,41	41.942	46,03
Total	110.487	100	91.128	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	5.181	4.944
Constituição de provisão	2.991	3.808
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.693)	(3.571)
Saldo final	4.479	5.181

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.321 (2016 - R\$ 1.420), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.245 (2016 - R\$ 2.462).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	43	41
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	864	936
Devedores por compra de valores e bens	319	265
Devedores por depósitos em garantia	359	234
Impostos e contribuições a compensar	174	181
Títulos e créditos a receber	5.320	4.378
Valores honrados	8	2
Operações com cartões	14	6
Pendências a regularizar	-	1
Outros	317	209
Total Circulante	7.418	6.253
Devedores por compra de valores e bens	130	164
Total realizável a longo prazo	130	164

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	3.819	2.044
Imóveis	3.514	1.649
Veículos e afins	193	266
Bens em regime especial	112	129
Material em estoque	14	3
Despesas antecipadas	43	38
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(7)	(13)
Total Circulante	3.869	2.072
Despesas antecipadas	-	3
Total realizável a longo prazo	-	3

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 7 (2016 - R\$ 13) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ			2.261	1.965
Sicredi Participações S.A.			1.495	1.495
Outras Participações e Investimentos			1	1
Sicredi Fundos Garantidores			1	1
Total			3.757	3.461

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	484.067 ON	484.067 ON	1	1	2.261.163	1.964.730
	1.011.106 PN	1.011.106 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,17%	0,17%	0,61%	0,63%	1,18%	1,24%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	1.495	1.495	1	1	2.261	1.965

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	8.873	(3.644)	5.229	3.807
Imobilizações em curso	-	-	-	-	113
Terrenos	-	570	-	570	570
Edificações	4%	1.272	(460)	812	867
Instalações	10%	1.806	(619)	1.187	667
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.089	(859)	1.230	586
Sistema de comunicação	10%	208	(125)	83	55
Sistema de processamento de dados	20%	2.356	(1.307)	1.049	618
Sistema de segurança	10%	270	(124)	146	118
Sistema de transporte	20%	302	(150)	152	213
Intangível (i)		3.617	(1.697)	1.920	1.811
Investimentos Confederação		3.617	(1.697)	1.920	1.811
Total		12.490	(5.341)	7.149	5.618

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	27.890	-	-	27.890	21.881
Depósitos a prazo	2.513	4.849	106.157	113.519	100.859
Total	30.403	4.849	106.157	141.409	122.740

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	18.507	17.700
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	18.507	17.700
Total circulante	18.507	17.700
Recursos do Crédito Rural	3.426	2.238
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.426	2.238
Total exigível a longo prazo	3.426	2.238

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/09/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	1.579	1.401
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.579	1.401
Total circulante	1.579	1.401

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	-	80
Obrigações por convênios oficiais	8	5
Provisão para pagamentos a efetuar	2.063	1.388
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	493	652
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	187	142
Pendências a regularizar	54	26
Operações com cartões	5.194	4.119
Demais fornecedores	360	364
Credores diversos	300	328
Total circulante	8.659	7.104

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	599	464	(664)	399
Cível	43	67	(16)	94
Tributária	10	-	(10)	-
Total	652	531	(690)	493

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	399	599
Cível	Provável	94	43
Tributária	Provável	-	10
Total		493	652

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 167 e R\$ 47 (2016 - R\$ 167 e R\$ 47), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	16.359	14.647
Total de associados	20.421	18.102

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.702 (2016 – R\$ 1.742), sendo R\$ 886 (2016 – R\$ 1.471) via integralização de resultados e R\$ 1.946 (2016 – R\$ 769), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.120 (2016 – R\$ 498).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 906, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Valor Sustentável - Sicredi Valor Sustentável PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	4.187	4.354
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.759)	(1.829)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Provisão resgate de milhas cartão	8	3
Provisão PPR	31	3
Receita com atos cooperativos	1.349	1.400
Juros sobre capital próprio	381	395
Outros	(53)	20
Subtotal	1.717	1.821
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(41)	(8)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.098	537
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	79.876	78.640
Outros Créditos - Rendas a receber	250	191
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	969	1.076
Investimentos (Nota 09)	3.757	3.461
Intangível (Nota 10)	1.920	1.811
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	21.933	19.938
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	1.579	1.401
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	5.143	4.054
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	60	38
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.074	810
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	8.101	10.511
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.617	1.600
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	455	379
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	3.916	3.290

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	17	0,06%	69
Depósitos a prazo	468	0,41%	339
Operações de crédito	504	0,48%	494

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.194	1.680

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	287	307
Despesa de aluguéis	890	643
Despesa de comunicação	691	533
Despesa de manutenção e conservação	666	570
Despesa de material	215	232
Despesa processamento dados	229	153
Despesa de promoções e relações públicas	710	598
Despesa de propaganda e publicidade	55	46
Despesa de seguro	96	91
Despesa de serviços do sistema financeiro	937	846
Despesa de serviços de terceiros	224	181
Despesa de serviços de vigilância e segurança	951	931
Despesa de serviços de técnicos especializados	632	632
Despesa de serviços de transpostes	1.068	978
Despesa de viagem	222	462
Outras despesas administrativas	2.259	1.941
Total	10.132	9.144

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	306	480
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	7.909	10.286
Reversão de provisões operacionais	1.057	992
Outras rendas operacionais	322	456
Total	9.594	12.214

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.269	316
Contribuição O.C.E.	75	64
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	261	396
Contribuição Confederação Sicredi	2.476	1.744
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	406	331
Contribuição Sureg	9	123
Encargos da administração financeira	44	56
Repasso administradora de Cartões	273	263
Depreciação e amortização	450	271
Outras provisões operacionais	920	872
Outras despesas operacionais	1.076	1.439
Total	7.259	5.875

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	9.451	7.992
Total	9.451	7.992

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	31.156	27.541
Nível I (NI)	31.156	27.541
Capital principal - CP	31.156	27.541
Capital social	16.359	14.647
Reservas de capital	15.486	13.056
Lucros acumulados	648	681
Ajustes Prudenciais	(1.337)	(843)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	153.481	125.220
Margem de Capital (i)	11.203	11.262
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,30%	21,99%
Situação de Imobilização (Imob)	5.813	4.777
Índice de Imobilização (Imob / PR)	18,66%	17,34%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rudenei Fischer
Diretor Executivo
CPF: 903.227.469-49

Eduardo Meinerz
Diretor de Operações
CPF: 033.471.919-43

Roberto Luiz Neto
Contador
CRC: PR-034252/O-2
CPF: 847.502.949-34